

Em respeito ao Congresso

Ricardo Noblat

DESEMBRULHADO o pacote de medidas econômicas enviado pelo Governo ao Congresso na semana passada, provou-se que, por baixo do atrativo de uma confeitação refinada, há o gosto amargo de uma elevação brutal de impostos. A redução do Imposto de Renda cobrado na fonte em 1986 abrirá caminho para uma forte mordida na renda daqueles que teriam direito à restituição no ano seguinte. Revelou-se bem menor a generosidade oficial para com aqueles que ganham entre 5 a 10 salários mínimos por mês. Esfarelou-se o convidativo recheio dos recursos destinados a programas sociais quando se descobriu que eles foram apenas reunidos e distribuídos por determinadas rubricas. Existiam e estavam previstos antes do pacote.

Há um cheiro de "simoneta" no ar quanto à proposta de distribuição de leite a menores carentes. Invenção do ex-ministro Simonsen, os cupons para disciplinar um cogitado programa de racionamento de gasolina chegaram a ser impressos, mas jamais entraram em circulação. Ganharam o apelido de "simonetas" — um monumento à incúria e à imaginação criadora e desastrada da tecnocracia tupiniquim. Pretende-se, agora, que um país, cuja produção diária de leite gira em torno de 8 milhões de litros, alimente menores carentes que somam mais de 13 milhões somente na faixa de um a sete anos de idade. Os cupons do leite ficariam centralizados no Palácio do Planalto, onde o presidente se queixa da ineficiência a seu redor.

Foi a obstrução exercida por alguns políticos na semana passada, entre eles o deputado Amaral Neto, que impediu a aprovação do requerimento de urgência para a votação do pacote — e que permitiu, em contrapartida, que seus defeitos começasse a aflorar. O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, disparou de Foz de Iguaçu, onde se encontrava na última sexta-feira, dois telefonemas para o deputado carioca pensando em vencer sua resistência. Mas hoje, quando o Congresso tornar a se reunir para examinar o elenco de medidas de iniciativa do Governo, o Sr Funaro verá que a resistência movida pelo Sr Amaral Neto arrebanhou adeptos à direita e à esquerda. O pacote, só agora, começa a ser dissecado.

Um influente ministro de Estado, que trafega com desenvoltura pelo Palácio do Planalto, admitiu ontem à noite, candidamente, que só pela leitura dos jornais no final de semana é que tomou conhecimento da extensão e dos efeitos do pacote embrulhado pelo Sr Funaro e por sua assessoria. "Se eu fosse parlamentar, exigiria mais tem-

po para examiná-lo", confessou. Em novembro de 1977, o então presidente Ernesto Geisel enviou uma mensagem para aprovação do Congresso a menos de 20 dias do início do seu tradicional recesso de fim de ano. Um senador assomou à tribuna, condenou a pressa do Executivo, considerou-a um desrespeito ao Legislativo e apontou a lata do lixo como o melhor destino para a mensagem.

O combativo senador atendia pelo nome de André Franco Montoro, hoje governador de São Paulo. Ainda não se sabe se ele repetiria o gesto ante a adoção, pela Nova República, de um comportamento que parecia típico da Velha República. O Governo, que gastou quase dois meses na elaboração do seu pacote mais notável, quer que o Congresso o aprove em menos de uma semana. O desejo não é uma coisa séria — e recomenda mal aqueles que o alimentam. A seriedade de um Congresso, alvejado por denúncias de fraude nas votações, de contratação irregular de funcionários e de superficialidade no exercício de legislar, irá definitivamente a pique se o pacote estiver pronto para ser servido antes que a semana acabe.

Empenha-se o Governo em minar a favorável expectativa nacional criada desde que ele se instalou — e gasta, perdulariamente, o capital de credibilidade acumulado pelo partido que lhe dá a principal sustentação, o PMDB. Em menos de seis meses, com intervenções que fariam corar o ex-ministro Delfim Netto, o Governo cassou, duas vezes, percentuais de inflação que poriam em dúvida o acerto de suas opções econômicas. Usa e abusa do emperramento da máquina administrativa para justificar ordens não cumpridas e a morosidade no processo de tomada de providências. Como se a simples troca de ministros, prevista para ocorrer no início de 1986, garantisse o desentupimento da máquina do Estado.

Informações sobre a irritação presidencial com alguns dos atuais ministros costumam derramar-se, todos os dias, sobre os bem-cuidados carpetes do Palácio do Planalto — mas não se recolhem indícios convincentes de que um só deles corra o risco de perder o emprego antes da ocasião, ainda não definida, de uma rendição geral da equipe. O ministro da Reforma Agrária garantiu, até agora, o lugar na medida em que se multiplicaram seus erros. O ministro Fernando Lyra, da Justiça, parece ter descoberto que a melhor maneira de permanecer onde está é fazer oposição ao Governo dentro do Governo, preparando-se para assumi-la de forma escancarada quando deixar o cargo por vontade própria.

O recurso ao uso de pacotes econômicos como método de Governo é filho legítimo de uma República que se pensava revogada e que gerou, entre outras deformações, o decreto-lei. Pois que o utilizem agora — quando nada para que se salve a face de um Congresso marcada por mais de 20 anos de arbitrio.